

O BAIXO CRESCIMENTO BRASILEIRO EXTRAPOLA AS QUESTÕES POLÍTICAS

Alaor Chaves

Dia 14 deste mês, Fernando Haddad, que tem tido grande desempenho como ministro da fazenda, atribuiu o baixo crescimento brasileiro a problemas políticos, e fez o prognóstico: "Se a política se arrumar, a economia vai andar." O ministro tem razão ao afirmar que as questões políticas são um grande entrave ao crescimento econômico, não só no Brasil, mas também no resto da América Latina. Faltou a ele completar que esses problemas são decorrência inevitável do regime presidencialista combinado à existência de um inusitado número de partidos com representação no Congresso.

Suponho que o ministro tenha também consciência de que nosso baixo crescimento extrapola em muito as questões políticas, mas limitou-se a elas por razões contextuais. Mas mediante sua afirmação, é oportuno discutir outros fatores que limitam nosso crescimento.

Alto custo da máquina governamental

A máquina governamental brasileira é caríssima. Em proporção ao PIB, temos o Judiciário e o Legislativo mais caros do mundo. Mesmo despendendo 1,5% do PIB com o poder judiciário – na média dos países da OCDE esse dispêndio é 0,5% do PIB – nossa Justiça é muito precária. Os pobres não têm acesso aos meandros da Justiça, enquanto os ricos alcançam impunidade em razão de seu complicadíssimo emaranhamento. O Parlamento brasileiro é uma máquina de consumo de dinheiro. Cada parlamentar tem direito a um número desmesurado de assessores que na maioria das vezes são fantasmas. No Brasil, o Legislativo e o Judiciário têm autonomia para definir os salários de todo o seu quadro, e a consequência é que seus funcionários têm salários muito elevados. O Judiciário, o mais perdulário dos nossos poderes, paga salários médios duas vezes mais altos do que o Legislativo e três vezes mais altos do que o Executivo. Mesmo o Executivo, o mais parcimonioso dos nossos poderes, paga salários bem mais elevados do que os do setor privado para pessoas com funções semelhantes e a mesma qualificação.

Fala-se, equivocadamente, que a máquina estatal brasileira é inchada. No Brasil, os servidores públicos são apenas 6% da população, enquanto na média dos países da OCDE essa fração é 10%. Com poucos funcionários públicos pagos com salários elevados para a nossa renda per capita, o Brasil gasta muito com uma máquina pública que entrega poucos serviços.

Gastos com juros e subsídios

Desde o Plano Real, a União paga juros exorbitantes pela dívida pública. Para rolar sua dívida, o governo viu-se obrigado a gerar elevados superávits primários,

tipicamente de 2% do PIB, mas mesmo assim o dinheiro economizado era insuficiente para pagar os juros, e a dívida da União cresceu continuamente – nos últimos anos, a União tem tido déficit primário, o que agrava ainda mais o quadro. Juros reais de 8% ao ano, como a atual, ou mesmo acima disso, foram pagos por três décadas, com exceções de curta duração. Hoje a União despende cerca de R\$ 700 bilhões com juros da sua dívida. Como os juros que pessoas e empresas pagam aos bancos são bem superiores aos da Selic, o investimento do setor privado é muito baixo, pois há muito pouca atividade econômica que dê retorno suficiente para arcar com o custo dos empréstimos bancários. Para amenizar esse problema, a União vê-se obrigada a conceder empréstimos a juros subsidiados a alguns setores, principalmente por meio do BNDES. Em vários casos esses empréstimos têm resultados extraordinários. O BNDES é o maior banco de investimento em energia limpa do mundo; toda a energia eólica instalada no Brasil foi financiada por ele. Isso é formidável, mas o custo para a União é alto. Os juros para o Plano Safra também são favorecidos. No ano agrícola 2023-2024 R\$ 350 bilhões estão sendo concedidos a agricultores a juros de 12,5% ao ano. Em qualquer país de economia saudável esses juros seriam considerados abusivos. O agricultor brasileiro tem de ser muito produtivo para arcar com esses juros, e sua capacidade de se capitalizar fica muito comprometida.

A parte do leão dos subsídios governamentais vem na forma de renúncias fiscais, algumas das quais não fazem qualquer sentido. A Zona Franca de Manaus (ZFM) custa à União R\$ 35 bilhões anuais em renúncia fiscal. Ela foi criada em 1957 e reformulada, com benefícios estendidos, em 1967. Deveria ser extinta em 1997, mas esse fim foi prorrogado mais de uma vez. Na última prorrogação, feita em 2014, decretou-se, por emenda constitucional, que a ZFM deverá operar até 2073. Bens eletroeletrônicos, de informática e veículos de duas rodas são montados no centro industrial da ZFM e vendidos para todo o país com enorme isenção de impostos, que inclui a de imposto de importação dos insumos. Muitos analistas já apontaram que o maior efeito da ZFM é inviabilizar o desenvolvimento de indústrias semelhantes em regiões em que elas seriam muito mais eficientes e poderiam florescer sem benefícios fiscais. Para o desenvolvimento da Amazônia, o que seria efetivo – provavelmente muitíssimo efetivo – seriam programas fundados na bioeconomia.

Quanto o país (União, estados e municípios) despende com subsídios? É difícil dizer com precisão, até porque muitos subsídios são disfarçados, invisíveis para os leigos. No processo de formulação do arcabouço fiscal, o ministro Haddad declarou que a União despende R\$ 600 bilhões anuais com subsídios. Esse é um número medonho. Com subsídios e juros, a União despende R\$ 1,3 trilhões, 58,6% da sua receita em 2022! A exclamação é justificada, pois as cifras são escandalosas. E não é nada fácil sanar o escândalo, A queda da taxa Selic não pode ser feita sem outros ajustes na linha do arcabouço fiscal. Em 2013, ela foi abaixada para 7,25%, e os juros reais ficaram em 2% anuais. O mercado e a opinião pública aprovaram, mas o resultado foi um forte aumento da inflação que obrigou o BC a rever sua política.

Infraestrutura precária

Nossa infraestrutura é muito precária. Nossa malha ferroviária (cuja extensão é de apenas 29 mil km, bem menor do que a da Argentina) é muito pequena e de má qualidade. Por nossas rodovias, em sua maioria também de má qualidade, são transportadas 80% das cargas, exceto as de minério. Embora tenhamos a maior rede

fluvial do mundo e uma longa costa marítima próxima à qual se concentra mais de três quartos da nossa população, o Brasil faz pouco uso da navegação de cabotagem. Essas deficiências na infraestrutura e logística de transporte encarecem muito os produtos nos terminais de consumo e nos portos de exportação.

O saneamento básico é muito precário. Pouco mais da metade da nossa população é atendida por rede de esgoto e apenas 45% do esgoto coletado é tratado; o restante é jogado diretamente na natureza. O dano ambiental dessa deficiência sanitária é enorme. Falta água sanitariamente segura a 14% da nossa população. No seu conjunto, essas deficiências causam muitas mortes evitáveis e doenças que elevam muito os gastos do SUS.

Há, no governo e na população, plena consciência da urgente necessidade de sanar essas deficiências de infraestrutura e ainda outras, como a de conexão por internet. Mas o governo, incapaz até mesmo de pagar os gastos obrigatórios sem aumentar sua dívida, não tem dinheiro para os investimentos necessários, e o setor privado é também incapaz de investir em infraestrutura porque o custo do capital no Brasil é muito elevado. Não bastasse isso, a insegurança jurídica desencoraja investidores nacionais e estrangeiros em projetos de longo prazo, como os de infraestrutura.

Educação e saúde

O investimento mais rentável que um país pode fazer é em sua população; principalmente em sua educação e saúde. Após a Constituição de 1988, o Brasil construiu o SUS, um sistema de saúde pública sem igual em países emergentes. Nos últimos anos, o SUS foi muito desleixado, mas não é muito difícil reconstruir o que foi desmantelado. Mas não basta voltar ao que já fomos. Isso porque a medicina é cada vez mais tecnológica, e conseqüentemente mais cara. Há de se considerar também que nossa população está envelhecendo, e os idosos oneram muito o sistema de saúde. O Brasil tem de planejar e construir um sistema de saúde, público e privado, altamente qualificado. Essa qualificação envolve hospitais e laboratórios de exames equipados com a mais moderna instrumentação da qual a medicina moderna depende. Envolve também a formação de número maior de médicos e enfermeiros com educação de padrão internacional.

No último meio século, o Brasil avançou muito na educação superior, principalmente na pós-graduação. Criamos uma considerável capacitação em todas as áreas do conhecimento. Os avanços foram mais notáveis nas áreas científicas e tecnológicas, e na medicina. Mas resta muito a se fazer. Nossa educação básica ainda é péssima. Sua má qualidade decorre de vários fatores, como instalações escolares inadequadas, falta de atrativos financeiros e planos de carreira capazes de atrair maior número de pessoas talentosas para a educação básica. Ensinar crianças e adolescentes é muito difícil e requer pessoas talentosas e bem qualificadas. E para dar bons resultados, o trabalho desses profissionais tem de se orientar por bons projetos pedagógicos, capazes de atender estudantes com dons naturais muito diversificados e, no caso do Brasil, suportes familiares imensamente diferentes. Note-se que falamos de projetos pedagógicos, pois o sistema educacional tem de ser diversificado. O papel do Ministério da Educação, no campo da pedagogia, tem de limitar-se a formular princípios gerais e impor padrões mínimos. O problema, no seu

todo, é árduo, dispendioso e complexo, e só pode ser resolvido se educação for eleita prioridade número um do país.

No Brasil, três quartos dos estudantes de ensino superior estão matriculados em instituições privadas, na sua maioria de qualidade ruim ou péssima. Esse sistema de educação superior, além de perpetuar a nossa enorme desigualdade social, é incapaz de promover o desenvolvimento do país. O sistema de educação superior pública de ser muito ampliado. Tem, também, de ser diversificado. Tão diversificado que a expressão 'educação pós-secundária' é melhor do que 'educação superior'. Temos de ter muitos cursos pós-secundários de dois anos para formar pessoas para funções técnicas e operacionais. Temos de ter colégios (*colleges*) com cursos de três ou quatro anos, que não ofereçam cursos de pós-graduação. Temos de ter universidades de pesquisa com padrão internacional.

Um dos melhores princípios da boa educação é a flexibilidade; flexibilidade que permita ao estudante ser protagonista da sua própria educação. O Brasil viola asperamente esse princípio e impõe a mesma trilha educacional a pessoas com preferências e dons muito diversos. Na educação pós-secundária, essa rigidez está fortemente associada à excessiva regulamentação das profissões de nível superior. Essa regulamentação dá musculatura às corporações de ofício com força para uniformizar e imobilizar todo o sistema educacional. Isso colide com a realidade do mundo contemporâneo, no qual o recorte das profissões é cada vez mais dinâmico. Os perfis profissionais mais demandados na próxima década já não serão os demandados hoje.

As nossas universidades públicas – com a contribuição de algumas universidades privadas confessionais – já formam quadros científicos e técnicos de boa qualidade, em muitos casos com qualidade de padrão internacional. Mas para que criemos uma economia que melhore a vida da nossa população e seja competitiva no mercado internacional, ainda temos de avançar bastante. Temos de inserir melhor a ciência e a tecnologia na vida do país. Esse avanço requer duas transformações, que se interligam. Por um lado, temos de criar empresas com vocação para ciência, tecnologia e inovação, que planejem seu futuro com base nesses pilares. Nas últimas décadas, nos países que mais avançam economicamente, esse tipo de empresa tem se desenvolvido naturalmente a partir de *startups*. É indispensável que o Brasil cultive *startups*. Para isso, temos de formar muitos inovadores; esta é a segunda transformação que tem de ser feita. Para sermos bem sucedidos nela, temos de reformar nosso ensino pós-secundário, que no presente é excessivamente acadêmico e pouco capaz de desenvolver a iniciativa pessoal e a criatividade dos estudantes. A reforma do ensino pós-secundário brasileiro é urgente, e ao fazê-la temos também de flexibilizar a regulamentação das profissões.